

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E INTERNACIONALIZAÇÃO: estratégias e impactos

SPECIAL EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF INCLUSIVE EDUCATION AND INTERNATIONALIZATION: strategies and impacts

EDUCACIÓN ESPECIAL DESDE LA PERSPECTIVA DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA Y LA INTERNACIONALIZACIÓN: estrategias e impactos

Thaiane Firmino da Silva¹

RESUMO: A educação especial na perspectiva da educação inclusiva — entendida como prática que busca inserir pessoas com deficiência em ambientes educacionais regulares, mediante a garantia da igualdade de oportunidades, respeito e suporte adequado — se relaciona com a internacionalização ao estabelecer praxes e políticas que promovem a inclusão. Com a finalidade de tecer panorama acerca dessa inter-relação, este artigo tem o objetivo de realizar mapeamento relativo às publicações científicas que tratam sobre a temática e levam em conta a colaboração internacional e os programas de mobilidade acadêmica como estratégias para ampliação das oportunidades de correspondência e compartilhamento de experiências entre países. Para tanto, foram considerados trabalhos publicados entre os anos de 2000 e 2025 que estão disponíveis no banco de dados de código aberto Lens — plataforma que agrega dados de fontes primárias como Orcid, Crossref, PubMed, Microsoft Academic, OpenAlex, entre outros. Desse modo, o estudo — que possui viés quali-quantitativo — recorreu às prerrogativas da pesquisa bibliométrica. Os resultados apontaram que há expressiva lacuna no que tange à publicação de estudos científicos que abordam a educação especial na perspectiva da educação inclusiva associada à internacionalização, o que revela um hiato que pode ser percebido como força motriz para a realização de futuras investigações sobre o tema.

¹ Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialização em Turismo Sustentável pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE); Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTE); Especialização em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Especialização em Linguagens, Suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Especialização em Ciências da Natureza, Suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Especialização em Matemática, Suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE); Curso Técnico em Meio Ambiente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Aperfeiçoamento em Educação e Tecnologia pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC); Aperfeiçoamento em Bem-estar no Contexto Escolar pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC). E-mail: thaianefirmino@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Educação especial; Internacionalização; Legislação; Colaboração internacional; Mobilidade Acadêmica.

ABSTRACT: Special education from the perspective of inclusive education — understood as a practice that seeks to include people with disabilities in regular educational environments, by ensuring equal opportunities, respect, and adequate support — is related to internationalization by establishing practices and policies that promote inclusion. In order to provide an overview of this interrelationship, this article aims to map scientific publications that address the topic and take into account international collaboration and academic mobility programs as strategies to expand opportunities for correspondence and sharing of experiences between countries. To this end, we considered works published between 2000 and 2025 that are available in the open source database Lens — a platform that aggregates data from primary sources such as Orcid, Crossref, PubMed, Microsoft Academic, OpenAlex, among others. Thus, the study — which has a qualitative and quantitative bias — resorted to the prerogatives of bibliometric research. The results showed that there is a significant gap in the publication of scientific studies that address special education from the perspective of inclusive education associated with internationalization.

KEYWORDS: Special education; Internationalization; Legislation; International collaboration; Academic mobility.

RESUMEN: La educación especial, desde la perspectiva de la educación inclusiva — entendida como una práctica que busca integrar a las personas con discapacidad en entornos educativos regulares, garantizando la igualdad de oportunidades, el respeto y el apoyo adecuado— se relaciona con la internacionalización mediante el establecimiento de prácticas y políticas que promueven la inclusión. Para ofrecer una visión general de esta interrelación, este artículo busca mapear las publicaciones científicas que abordan el tema y considerar la colaboración internacional y los programas de movilidad académica como estrategias para ampliar las oportunidades de correspondencia e intercambio de experiencias entre países. Para ello, se consideraron trabajos publicados entre 2000 y 2025 disponibles en la base de datos de código abierto Lens, una plataforma que agrega datos de fuentes primarias como Orcid, Crossref, PubMed, Microsoft Academic, OpenAlex, entre otras. Por lo tanto, el estudio —con un sesgo cualitativo y cuantitativo— aprovechó las prerrogativas de la investigación bibliométrica. Los resultados revelaron una brecha significativa en la publicación de estudios científicos que abordan la educación especial desde la perspectiva de la educación inclusiva asociada a la internacionalización. Esto revela una brecha que puede considerarse un motor para futuras investigaciones sobre el tema.

PALABRAS CLAVE: Educación especial; Internacionalización; Legislación; Colaboración internacional; Movilidad académica.

INTRODUÇÃO

Entendida como prática que busca inserir pessoas com deficiência em ambientes educacionais regulares — mediante a garantia da igualdade de

oportunidades, respeito e suporte adequado — a educação especial na perspectiva da educação inclusiva começou a se consolidar internacionalmente na década de 1990, quando políticas educacionais passaram a enfatizar a integração de “alunos com necessidades especiais” em escolas regulares (CAPELLINI; MENDES, 2006). O objetivo era superar a segregação escolar e promover adaptações nas estruturas e práticas pedagógicas.

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) foi um marco nesse processo, pois orientou países quanto à adoção de sistemas educacionais inclusivos e incentivou a melhoria da qualidade do ensino para todos — ou seja, pessoas com e sem deficiência. Desde então, várias nações têm desenvolvido legislações, políticas públicas e programas específicos para a inclusão. A centralidade das iniciativas, quase sempre, está na oferta de formação especializada para professores, implementação de recursos de acessibilidade e disponibilização de apoio individualizado (STOBAUS, 2003).

Desse modo, mudanças nos currículos escolares têm sido verificadas ao redor do mundo, com vistas a contemplar os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Apesar dos avanços, contudo, ainda existem desafios a serem superados, sobretudo no que tange a insuficiência de recursos, a resistência cultural e a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação. Nesse cenário, a internacionalização dispõe de atributos que podem colaborar para que a educação especial na perspectiva da educação inclusiva amplie as possibilidades de promoção da equidade, uma vez que conta com ferramentas e estratégias coadunadas com as transformações sociais contemporâneas. (RAHME, 2013).

Por possibilitar o compartilhamento de experiências entre países, a internacionalização tende a ampliar as oportunidades de correspondência e cooperar com as políticas educacionais e com a qualidade da educação. Esse mecanismo gera vultosos impactos e fortalece a dimensão intercultural, sobretudo através da colaboração entre instituições e, também, dos programas

de mobilidade acadêmica. Entretanto, esse contexto é permeado por desafios, principalmente no que concerne à diversidade cultural, social, política e estrutural — a qual se materializa através dos diferentes focos dados por cada um dos países à escolarização de pessoas com deficiência.

Por conta disso, existem limitações quanto à implementação de iniciativas gerais, uma vez que há variações na formação de professores, nas práticas pedagógicas e nas políticas públicas, por exemplo. Isso resulta na necessidade de adaptação das estratégias educacionais em diferentes contextos, por meio de uma abordagem flexível que prima pela compreensão das realidades locais. Na prática, as intervenções precisam ser adaptadas ao cenário de cada localidade e, não raras vezes, acabam por apresentar caráter mais voltado à inspiração do que a modelo a ser seguido ou replicado (RAHME, 2013).

Diante do exposto, e levando em conta as nuances que envolvem o contexto brasileiro, cabem as seguintes indagações: Na hodiernidade, há disponíveis publicações acadêmicas que abordam — de maneira associada — a educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a internacionalização? Se sim, a literatura científica tem discutido a importância da colaboração internacional e dos programas de mobilidade acadêmica como estratégias nesse circuito? E, além disso, têm revelado como esses mecanismos podem contribuir com os processos voltados ao desenvolvimento de competências de professores e estudantes?

METODOLOGIA

Para respondê-las, o estudo — que possui natureza quali-quantitativa (SCHNEIDER et. al., 2017) e caráter exploratório (LOSCH et. al., 2023), recorreu à análise bibliométrica (VAN ECK; WALTMAN, 2010). Para tanto, foram considerados os trabalhos publicados entre os anos de 2000 e 2025 que estão disponíveis no banco de dados de código aberto Lens — plataforma que agrega dados de inúmeras fontes primárias como Orcid, Crossref, PubMed, Microsoft Academic, OpenAlex, dentre outros.

Desse modo, foi realizado mapeamento relativo às publicações científicas que tratam sobre educação especial na perspectiva da educação inclusiva de maneira associada à internacionalização. Em seguida, foi verificado quantas delas levam em conta a importância da colaboração internacional e dos programas de mobilidade acadêmica como estratégias para ampliação das oportunidades de correspondência e compartilhamento de experiências entre países. Por fim, foi apurado quais dessas produções consideram esses mecanismos como contributos para os processos voltados ao desenvolvimento de competências de professores e estudantes.

Dessa forma, com ênfase específica em indicadores relacionados às publicações aderentes ao objeto de estudo, a coleta de dados teve como foco a verificação de títulos, resumos, palavras-chave e área temática. A extração de dados obteve o retorno de 69 trabalhos acadêmicos que apresentaram os termos “educação especial” e “internacionalização”. Contudo, após o procedimento de limpeza, mediante análise dos parâmetros previamente estabelecidos, houve redução para o quantitativo de 03 trabalhos, os quais foram consolidados como pertencentes ao efetivo *corpus* de pesquisa — tendo em vista a eliminação daqueles que não apresentaram, simultaneamente, os dois termos-chave e/ou se tratavam de estudos relativos a campos outros que não o da Educação, tais como Saúde, Ciência Política e Comunicação.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Rahme (2013), é salutar que estudantes com deficiência sejam inseridos de forma incisiva nas turmas regulares. Para ela, o discurso inclusivo precisa ser posto em prática nas estruturas de ensino. Nesse escopo, cabe traçar breve panorama acerca do contexto brasileiro que, através da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) — ocorrida no início da década de 1960 — registrou proposta de educação especializada mais articulada ao sistema geral da educação.

Mais tarde, a Constituição Federal de 1988 apresentou a obrigatoriedade do ensino fundamental como direito público e apontou o atendimento educacional especializado como dever do Estado. Em seguida, o país lançou a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994) — cujo foco, todavia, estava na integração dos estudantes com deficiência ao ambiente de ensino regular, em detrimento da inclusão propriamente dita (KASSAR, 2011).

Com a atualização da LDB, em 1996, a educação especial passou a ser determinada como uma modalidade a ser ofertada no âmbito da rede regular de ensino. Para tanto, foi prevista a adequação de serviços de apoio especializado. Cinco anos depois, o Conselho Nacional de Educação (CNE) instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, momento em que as escolas precisaram se estruturar para receber estudantes com deficiência. No mesmo ano, o CNE publicou o Parecer nº 17 e estabeleceu a educação especial como transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

Já a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi publicada em 2008. Fundamentada na concepção de equidade, a referida marcou a transição da vertente integrativa para a inclusiva e, além de abordar a educação básica, acenou para o ensino superior. Garcia e Michels (2011), contudo, consideram que o espaço educacional não se tornou mais democrático após a Política, tendo em vista que em muitos cenários a inclusão se manteve por meio de ações pontuais — a despeito da oferta de suporte pedagógico adequado.

Consoante os autores, a carência de estratégias ao longo da formação dos professores e as limitações concernentes ao apoio contínuo dos profissionais da educação regular, sobretudo no que tange a lida com a diversidade de necessidades educacionais e pedagógicas, são entraves que se somam à ausência de materiais adaptados, escassez de infraestrutura acessível e limitações quanto à oferta de assistentes especializados.

Já Mazzota (2011), enfatiza a falta de articulação entre as políticas públicas relacionadas à educação especial e inclusiva no Brasil. Para ele, isso dificulta o apoio integrado e contínuo e, por conseguinte, compromete a inclusão no sistema educacional, já que impede uma atuação coordenada. O autor destaca, ainda, a visão assistencialista que permeia o cenário e, em linhas gerais, defende que esta contribui para a negação da potencialidade dos estudantes com deficiência, uma vez que cria obstáculos para o pleno desenvolvimento destes últimos.

Outrossim, cabe ponderar que, não raras vezes, as políticas de inclusão são mais expressivas nos documentos oficiais do que na práxis, principalmente em razão das limitações relativas à mudança de mentalidade dos agentes envolvidos nos processos correlatos — o que inclui aqueles que atuam diretamente no escopo do ensino e da aprendizagem em ambiente formal. Para superar isso, é indispensável que a inclusão seja percebida como uma marcha contínua que engloba mudanças na cultura escolar, nos métodos pedagógicos e na relação entre a escola, as famílias e a comunidade (GARCIA; MICHELS, 2011).

Isto é, a inclusão é um processo que não trata apenas da simples inserção de alunos com deficiência no ambiente escolar regular, mas que requisita uma transformação profunda na adaptação do currículo e, também, na atitude dos professores, gestores e alunos. Trata-se, portanto, de um fenômeno cíclico e retroalimentativo que acompanha as necessidades do contexto e segue as diretrizes e atualizações propostas pelas políticas educacionais. Afinal, a execução de medidas pontuais de acessibilidade não exprime a inclusão, a qual para ser materializada requisita inúmeras ações concatenadas.

Ao retornar o olhar para as políticas educacionais do Brasil, é possível verificar que essa percepção está presente na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), promulgada em 2015. Isso porque a referida prevê penalidades para atos de violência e discriminação, o que inclui aqueles que impeçam o acesso à educação. A Lei aponta, ainda, que o alcance do máximo

desenvolvimento possível dos talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais — segundo as características, interesses e necessidades de aprendizagem — precisam ser assegurados às pessoas com deficiência.

Marco legal que desloca o foco da deficiência como atributo individual para a responsabilidade coletiva de enfrentamento das barreiras que impedem a plena participação, principalmente por considerar a relação entre a pessoa e o meio ambiente natural e artificial, a LBI rompe com paradigmas e inaugura um novo regime de cidadania, no qual o direito à diferença é inegociável. Dito de outro modo, a supracitada impõe ao Estado, à sociedade e às instituições privadas o dever de garantir equidade de oportunidades. Por conta disso, suplanta o mero asseguramento de direitos formais e redefine obrigações legais.

A despeito do constante na legislação, contudo, não é possível desconsiderar os desafios para a efetivação da inclusão. No contexto brasileiro, por exemplo, a falta de adaptações físicas nas escolas, a escassez de tecnologias assistivas e as limitações quanto a disponibilidade de recursos pedagógicos especializados e coadunados com o tempo presente (RAHME, 2013) marcam diversos cenários e regiões. Isso sem falar nas insuficiências que permeiam a formação continuada dos professores e a capacitação de outros tantos profissionais que atuam, direta ou indiretamente, junto à estudantes com deficiência nas redes municipal, estadual e federal de ensino.

A despeito disso, porém, é importante observar exemplos de consideráveis avanços ocorridos em países como Portugal, Chile, Itália, Luxemburgo e Paraguai. No âmbito da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, essas nações já consideram como aspectos básicos a flexibilização curricular; a personalização das estratégias pedagógicas; e a atuação de equipes multidisciplinares nas escolas, o que favorece a permanência e o aprendizado de alunos com deficiência no ensino regular. Isso permite que os sistemas educacionais se tornem mais democráticos e representativos da sociedade real, além de contribuírem para o fortalecimento da empatia e do respeito.

Como visto, o universo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva é diverso e, por esse motivo, é imprescindível que a internacionalização considere as discrepâncias existentes nos cenários para viabilizar ações que contribuam para a redução das disparidades. O foco das investidas, portanto, precisa centrar-se na contextualização das estratégias pedagógicas, dos recursos de apoio e das práticas escolares, para que sejam ajustados às particularidades de cada comunidade e, conseqüentemente, a inclusão seja promovida de maneira efetiva e não meramente formal.

Por conta disso, o aprendizado intercultural precisa ser mantido no radar das práticas de forma a possibilitar a troca de experiências entre pesquisadores, professores e estudantes de diferentes países (PEREIRA; SEHNEM, 2021) e, também, permitir que abordagens e soluções inovadoras para os problemas enfrentados na educação especial na perspectiva da educação inclusiva sejam compartilhados e adaptados para distintos cenários. Através de estratégias nesse sentido, os atuantes têm à disposição diferentes lentes para efetivação da inclusão e — a partir de uma observação atenta e contextualizada — podem protagonizar mudanças na práxis local.

Para tanto, a compreensão de que a colaboração internacional é uma importante ferramenta para promover uma formação mais equitativa, independentemente das características dos estudantes, é fator preponderante. Isso porque o compartilhamento de metodologias inovadoras, abordagens inclusivas e políticas centradas na educação de pessoas com deficiência pode fortalecer os sistemas educacionais — ao passo que poderão ser evitados erros já enfrentados por outros e, ainda, adaptadas soluções já constatadas como eficazes em certas realidades.

Sob essa perspectiva, a cooperação tende a ampliar a percepção de professores e profissionais da educação, estimular a pesquisa comparada e incentivar a construção de redes de apoio internacionais. Isso favorece a formação docente, a organização escolar e pode interferir positivamente nos

processos de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência. Em outras palavras, a internacionalização do debate sobre inclusão contribui para reforçar o compromisso com uma educação de qualidade e, ao mesmo tempo, com a aceleração das transformações estruturais.

Para tanto, além das diferenças culturais, sociais, políticas e estruturais, as barreiras linguísticas e a disfunção comunicacional precisam ser superadas, uma vez que tendem a interferir na qualidade dos processos. Por isso, a formação de professores e estudantes precisa ser considerada como uma estratégia basilar para o desenvolvimento de competências globais. No caso dos primeiros, é fundamental o preparo para a adaptação de conteúdos e o incentivo ao uso de metodologias que correspondam ao contexto de colaboração internacional. Assim, será possibilitado o desenvolvimento de projetos de pesquisa com instituições e colaboradores de outros países.

Outrossim, o desenvolvimento de programas de formação sobre como orientar e apoiar alunos que participam de intercâmbios acadêmicos ou programas de mobilidade internacional e o estímulo às parcerias educacionais internacionais — de maneira a proporcionar ao corpo docente oportunidades de ensinar ou pesquisar em universidades estrangeiras — são pontos que precisam ser considerados com o objetivo de subsidiar conexões entre os Estados-nações e, também, de possibilitar formação continuada coadunada com o tempo vigente.

No que tange aos estudantes, é indispensável a criação de oportunidades que facilitem a exposição a diferentes culturas, tais como: programas de imersão cultural; aprendizado de idiomas; cursos e atividades que abordem questões globais; estágios no exterior; feiras de intercâmbio; inserção na rede de colaboração internacional em áreas como inovação tecnológica e sustentabilidade; e atuação em competições acadêmicas globais, conferências internacionais e projetos colaborativos que envolvam universidades de diferentes países (CURY, 2005; PLAISANCE, 2011).

Paralelamente, porém, é indispensável a oferta de mecanismos de apoio financeiro e logístico, principalmente os relacionados ao suporte necessário para organização de documentação, moradia, alimentação e transporte, por exemplo. Além disso, é imprescindível a disponibilização de serviços cujo foco esteja no preparo psicológico dos estudantes para estabelecimento de relacionamento com ambientes cujas normativas socioculturais são distintas da realidade de origem (PEREIRA, SEHNEM, 2021).

Ainda no que concerne a capacitação para professores e estudantes atuarem no interstício entre educação especial na perspectiva da educação inclusiva e internacionalização, é fundamental considerar as questões tecnológicas para o ensino, sobretudo o uso competente de plataformas e ferramentas pertencentes ao escopo das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). Isso porque, nesse cenário estas tornam-se centrais para a superação de barreiras geográficas e temporais, uma vez que possibilitam a efetivação do ensino colaborativo de maneira virtual.

Por meio de *webinars*, aulas síncronas, videoconferências, cursos *on-line* e reuniões virtuais, por exemplo, a internacionalização ganha alcance e agilidade. Por conta disso, nesse universo a utilização das TDICs por parte de professores e estudantes precisa estar alicerçada em pilares globais de acessibilidade. Aliás, o uso de ambientes virtuais que possibilitem a dinamização dos processos e que conectem os partícipes de diferentes países para criação de redes acadêmicas internacionais é salutar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Posto isso, cabe registrar que o mapeamento relativo às pesquisas científicas que tratam, associadamente, sobre educação especial na perspectiva da educação inclusiva e internacionalização, publicadas entre os anos de 2000 e 2025, e que estão disponíveis no banco de dados de código aberto Lens — plataforma que agrega dados de fontes primárias como Orcid, Crossref, PubMed, Microsoft Academic, OpenAlex, dentre outros — escancarou expressiva lacuna

científica. Isso porque nas três publicações identificadas foi verificado que não há menção à colaboração internacional e aos programas de mobilidade acadêmica.

Além de não tratarem sobre a importância de ambas as vertentes como estratégias para ampliação das oportunidades de correspondência e compartilhamento de experiências entre países, os estudos também não apresentam contributos para os processos voltados ao desenvolvimento de competências de professores e estudantes no âmbito da associação educação especial na perspectiva da educação inclusiva e internacionalização.

Assim, apesar de compreenderem o *corpus* da pesquisa — por uma questão de sistematização e fidelidade aos indicadores previamente estabelecidos para efetivação do levantamento, principalmente no que tange a aparição simultânea dos termos-chave — nenhuma das pesquisas faz correspondência com o objetivo do estudo em sua totalidade. Isso pode ser constatado através da leitura atenta do resumo de cada uma delas, momento em que foi verificado que, a despeito de estabelecerem relação com a educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a internacionalização, o foco das investigações varia.

No primeiro trabalho, a centralidade do estudo está na área de conhecimento da educação especial e no setor de atividade educação. A pesquisa se materializa através da realização de análise bibliométrica da produção científica dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, considerando o período de 1998 a 2003 (SILVA, 2004). O quesito internacionalização, entretanto, é mencionado apenas para informar sobre a existência de parceria para publicações com autores do exterior que, segundo a autora, foi ponto identificado a partir do levantamento realizado considerando as informações disponíveis nos currículos Lattes avaliados.

A segunda investigação, por sua vez, originária da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e datada do ano de 2016, coloca as lentes sobre a necessidade de prospectar e divulgar os diferentes espaços constituídos para estudos na área de história da educação. A justificativa é que há intenso processo de internacionalização das universidades e das pesquisas vinculadas a programas de pós-graduação e grupos de pesquisa (ALBERTO BARAUSSE, 2016). A publicação apresenta entrevista realizada em fevereiro daquele ano com o professor Roberto Sani, da Universidade de Macerata, localizada na Itália. Além de expor a trajetória acadêmica e profissional do referido, o resumo apresenta suas principais frentes de atuação.

A última publicação acadêmica pertencente ao *corpus* analisado trata sobre a constituição de um grupo de pesquisadores que vem se dedicando a pensar, escrever, analisar e propor iniciativas para a educação escolar no território ibero-americano, por meio de Convênio de Colaboração Acadêmica estabelecido entre a Universidade Estadual Paulista, através da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, e o Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Alcalá de Henares, situada na Espanha. Nesse escopo, a pesquisa apresenta os eixos considerados, sendo o quinto a educação especial e o sétimo a internacionalização (BIZELLI; CRUZ, 2020).

Como visto, portanto, as publicações referendadas tocam nas temáticas educação especial na perspectiva da educação inclusiva e internacionalização. Contudo, mediante análise dos resumos, foi possível identificar que nenhuma delas corresponde ao foco estabelecido para este estudo — o qual se situa no interstício entre os dois temas, mas com abordagem centrada na importância da colaboração internacional e dos programas de mobilidade acadêmica para ampliação das oportunidades de correspondência e compartilhamento de experiências entre países.

Portanto, é fundamental que a comunidade científica se dedique à criação de espaços institucionais, inclusive virtuais, que incentivem pesquisas nesse

âmago. O surgimento de linhas de fomento específicas para tratar sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva associada à internacionalização, também é uma alternativa viável no escopo dos programas de pós-graduação. Isso porque a valorização desse tipo de abordagem — que mediante o resultado do levantamento se mostrou inovadora — pode funcionar como catalisadora para a mitigação da escassez de publicações sobre o tema e, ao mesmo tempo, funcionar como estímulo à formação de redes colaborativas entre pesquisadores e instituições.

Outro aspecto a ser considerado é o incentivo ao desenvolvimento de iniciativas que promovam visibilidade e disseminação do tema, tais como parcerias entre centros de pesquisa, eventos acadêmicos e chamadas especiais em periódicos. Dessarte, é possível fomentar um debate mais amplo e, simultaneamente, atrair o interesse da comunidade científica para a produção de novos estudos — envolvendo, principalmente, a importância da colaboração internacional e dos programas de mobilidade acadêmica — com vistas ao aprimoramento das práticas locais relacionadas à educação especial na perspectiva da educação inclusiva a partir de referências internacionais bem-sucedidas.

Ademais, a participação de professores e estudantes em redes internacionais de cooperação acadêmica também se confirma como contributiva para o fortalecimento institucional de universidades e centros de pesquisa. Isso porque a investida tende a ampliar a capacidade de formulação de políticas públicas; alargar as competências para promoção de formações; alavancar a elaboração de currículos coadunados com as necessidades da hodiernidade e alinhados com os princípios da inclusão; e, ainda, possibilitar o avanço das competências técnicas, científicas e humanas na esfera da educação especial na perspectiva da educação inclusiva (WESTPHAL; GISI, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível registrar que, considerando o período entre os anos de 2000 e 2025, é expressiva a lacuna científica no banco de dados de código aberto Lens no que tange à publicação de trabalhos acadêmicos que abordam a educação especial na perspectiva da educação inclusiva associada à internacionalização. Desse modo, não foi possível oferecer um panorama inicial ou identificar tendências sobre o assunto. Por outro lado, a exposição desse hiato pode ser encarada como força motriz para a realização de futuras investigações sobre o tema.

No atual cenário, a escassez de pesquisas limita a compreensão do potencial transformador da temática e, conseqüentemente, impede discussões aprofundadas acerca da importância desta em articulação com a colaboração internacional e com os programas de mobilidade acadêmica — mecanismos que se apresentam como estratégias que tendem a favorecer a educação especial na perspectiva da educação inclusiva nos sistemas educacionais, especialmente em países como o Brasil, onde ainda há muitos desafios a serem superados no que diz respeito à inclusão plena.

A carência de estudos identificada pode estar relacionada a fatores como a não priorização da temática no circuito acadêmico, a fragmentação das áreas de conhecimento e a pouca integração entre os campos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva e da internacionalização. Essa constatação evidencia a necessidade de ampliar a produção científica interdisciplinar, por meio do incentivo à pesquisas que considerem como estratégico para o escopo da inclusão o intercâmbio de saberes, metodologias e experiências entre diferentes países.

Nesse sentido, merece destaque a importância da colaboração internacional como instrumento não apenas para fortalecer a formação docente, mas também para fomentar políticas públicas e promover práticas pedagógicas

mais sensíveis às pessoas com deficiência. Além disso, a troca de experiências entre sistemas educacionais com diferentes graus de maturidade pode oferecer subsídios para o aperfeiçoamento das ações — o que viabiliza a construção de ambientes educacionais mais acessíveis, equitativos e inclusivos.

Já os programas de mobilidade acadêmica podem ser compreendidos, nesse cenário, como uma oportunidade concreta para que professores, pesquisadores e estudantes conheçam experiências exitosas, colaborem em projetos de pesquisa e extensão que estão sendo desenvolvidos em instituições internacionais e, sobretudo, ampliem suas competências profissionais. Desse modo, é viável produzir conhecimento pautado na inovação de saberes e práticas de forma mais robusta.

Por esse motivo, a participação ativa em redes internacionais de pesquisa, bem como a criação de programas específicos voltados à educação especial na perspectiva da educação inclusiva com foco na internacionalização, podem representar avanços na construção de uma educação que respeita e promove o direito à aprendizagem, independentemente das condições, características ou necessidades específicas dos estudantes — além de possibilitar formação continuada amparada nas demandas hodiernas.

Por fim, embora o levantamento bibliométrico tenha revelado limitações na disponibilidade de estudos que conectem diretamente a educação especial na perspectiva da educação inclusiva à internacionalização, os dados analisados apontam caminhos promissores para a comunidade científica. Por meio de investigações centradas no tema, há possibilidade de abertura da área para estratégias que podem contribuir com os processos voltados ao desenvolvimento de competências de professores e estudantes.

É importante mencionar, todavia, que os atributos pertencentes ao contexto vão além das necessidades de qualificar a formação docente e enriquecer a produção científica. Centra-se, antes de tudo, na promoção de uma educação especial verdadeiramente inclusiva e humanizada, que prioriza o

potencial de cada indivíduo e, ao mesmo tempo, respeita suas particularidades, singularidades e especificidades.

REFERÊNCIAS

ALBERTO BARAUSSE, Itália. A pesquisa em história da educação na Itália testemunho de um autor: entrevista com Roberto Sani-La ricerca nella storia dell'educazione testimonianza di un autore: intervista a Roberto Sani (Italia). **Revista História da Educação**, p. 5-32, Porto Alegre/RS, 2016.

BIZELLI, José Luís; CRUZ, José Anderson Santos. 15 anos pensando a Educação Escolar em Ibero-América. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 2538-2542, Araraquara/SP, 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.493, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. **História da Educação Especial**: em busca de um espaço na história da educação brasileira. Bauru/SP, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os fora de série na escola**. Autores Associados, Campinas/SP, 2023.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15-educação especial da ANPED. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, p. 105-124, Rio de Janeiro/RJ, 2011.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, p. 41-58, Rio de Janeiro/RJ, 2011.

LOSCH, Silmara; RAMBO, Carlos Alberto; FERREIRA, Jacques Lima. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. e023141-e023141, Araraquara/SP, 2023.

MAZZOTTA, Marcos JS. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. Editora Cortez, São Paulo/SP, 1995.

PEREIRA, Indiamaris; SEHNEM, Paulo Roberto. Atualizações sobre internacionalização da Educação de Surdos. **Revista e-Curriculum**, v. 19, n. 2, p. 729-747, São Paulo/SP, 2021.

PLAISANCE, Éric. Educação especial. In: VAN ZANTEN, Agnès (Coord.). **Dicionário de educação**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 267-272.

RAHME, Monica Maria Farid. Inclusão e internacionalização dos direitos à educação: as experiências brasileira, norte-americana e italiana. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 01, p. 95-110, São Paulo/SP, 2013.

SCHNEIDER, Eduarda Maria; FUJII, Rosangela Araujo Xavier; CORAZZA, Maria Júlia. Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 9, p. 569-584, São Paulo/SP, 2017.

SILVA, Márcia Regina da. Análise bibliométrica da produção científica docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar: 1998-2003. São Carlos/SP, 2004.

STOBÄUS, Claus Dieter. **Educação especial: em direção à educação inclusiva**. Edipucrs, Porto Alegre/RS, 2003.

VAN ECK, Nees Jan; WALTMAN, Ludo. Visualizing bibliometric networks. In: **Measuring scholarly impact: Methods and practice**. Cham: Springer International Publishing, 2014, p. 285-320.

WESTPHAL, Angela Mara Sugamoto; GISI, Maria Lourdes. A educação superior no contexto da cooperação acadêmica internacional. **Interações** (Campo Grande), v. 20, n. 2, p. 369–382, 2019.